

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2016**

**1. A EMPRESA**

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Sociedade de Economia Mista, CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria de Portos da Presidência da República.

É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033, de 28.06.2013, a qual dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

No cumprimento de suas atribuições e obrigações estatutárias, a CDRJ planeja e executa suas ações pautada na Lei nº 12.815/2013, no Decreto nº 8.033/2013, Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, no Plano Geral de Outorgas - PGO, no Plano Mestre dos Portos, nos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, no Programa de Dispêndios Globais - PDG, no Regulamento de Exploração dos Portos - REP e nas Tarifas Portuárias aprovadas.

**2. GESTÃO POR RESULTADOS**

A CDRJ, em curso com o Projeto de Modernização de Gestão Portuária - PMGP, está concluindo a implantação de 54 processos de negócio envolvendo logística portuária e gestão interna, os quais 92% se encontram normalizados. A fim de dar continuidade ao modelo de gestão implantado no âmbito do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), numa perspectiva de aprimoramento permanente de processos, foram definidos 50 indicadores de desempenho de política setorial, 154 indicadores de desempenho operacionais e táticos e 19 indicadores de desempenho estratégico.

**3. LINHAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA**

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciadas nas metas estratégicas estabelecidas pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a CDRJ, no que tange suas obrigações quanto ao patrocínio e comprometimento com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), centrou esforços para: definição, elaboração e padronização de políticas, normas e regulamentos de diversos processos de negócio; definição de plano de treinamento e comunicação dos processos; alinhamento e elaboração de seus instrumentos de planejamento; implantação de sistema de gestão portuária nos Portos de Niterói e Angra dos Reis; além da implantação de sistema de programação de embarcações nos Portos do Rio de Janeiro e Niterói.

**3.1. Recuperação Econômico-financeira**

A CDRJ efetuou o pagamento de R\$ 103.735.193,48 (cento e três milhões, setecentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e três reais e quarenta e oito centavos) ao Portus - Instituto de Seguridade Social, como parte do acordo de confissão de dívidas assinado em 1º de outubro de 2015. Os recursos foram repassados pelo Governo Federal, no exercício de 2016, tendo como contrapartida o aumento da participação da União no capital social da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Ações permanentes vêm sendo realizadas com vistas à insinuação dos processos de cobranças e, conseqüentemente, redução dos valores registrados em Contas a receber.

**3.2. Integração com a Secretaria de Portos da Presidência da República**

Com o advento do novo Marco Regulatório dos Portos, que entrou em vigor no dia 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815/2013), a CDRJ teve os Planos Mestres dos seus 04 portos atualizados. O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto do Rio de Janeiro foi aprovado pela Secretaria de Portos e publicado através da Portaria nº 700/2016. Os demais Planos de Desenvolvimento e Zoneamento estão em fase final de aprovação. As poligonais foram atualizadas, adequadas e estão em fase final de conclusão e homologação.

**4. RESULTADOS OPERACIONAIS**

O Complexo Portuário administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro composto pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis registrou, no mês, no exercício de 2016, uma movimentação total de 64.788.806 toneladas. Curva esta, comparada ao exercício passado, apresentou um comportamento análogo, com uma suave inclinação positiva de 1,1%.

Neste exercício, 57.384.240 toneladas corresponderam ao embarque de Longo Curso e 5.586.372 toneladas ao desembarque. Na Cabotagem foram movimentadas 1.818.194 toneladas. Considerando a Natureza da Carga, a participação no Total Movimentado foi, respectivamente, de: Carga Geral, 12,1%; Granel Sólido, 87,4% e Granel Líquido, 0,5%.

No que diz respeito a movimentação de contêiner, transitaram pelos Terminais 337.035 unidades de contêineres, equivalente a 504.880 TEU's.

As principais mercadorias movimentadas foram: Na exportação; minério de ferro, carga containerizada, produtos siderúrgicos. Na importação; carga containerizada, carvão, coque da hulha, trigo, concentrado de zinco.

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, através dos seus portos filiados, tem movimentação diversificada, opera todas as Naturezas de Carga; ou seja, Carga Geral, Granel Sólido e Granel Líquido. O Porto de Niterói e Angra dos Reis têm a modalidade de operação Offshore.

**Movimentação Geral de Carga / Faturamento**

PORTO	Em tonelada			Em R\$ 1.000,00		
	2015	2016	Δ %	2015	2016	Δ %
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>6.469.789</b>	<b>6.102.938</b>	<b>-5,7</b>	<b>196.481</b>	<b>190.404</b>	<b>-3,1</b>
<b>Itaguaí</b>	<b>57.199.189</b>	<b>58.462.012</b>	<b>2,2</b>	<b>152.320</b>	<b>156.402</b>	<b>2,6</b>
<b>Niterói</b>	<b>68.261</b>	<b>35.803</b>	<b>-47,5</b>	<b>6.737</b>	<b>6.293</b>	<b>-6,5</b>
<b>Angra dos Reis</b>	<b>205.045</b>	<b>188.053</b>	<b>-8,2</b>	<b>4.309</b>	<b>5.365</b>	<b>24,5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>63.942.284</b>	<b>64.788.806</b>	<b>1,3</b>	<b>359.847</b>	<b>358.464</b>	<b>-0,4</b>

**Perfil por Natureza de Carga na CDRJ (Movimentação no Cais)**

Natureza da Carga	Em tonelada		
	2015	2016	Δ %
<b>Sólidos a granel</b>	<b>54.791.811</b>	<b>56.630.383</b>	<b>3,4</b>
<b>Líquidos a granel</b>	<b>470.342</b>	<b>328.114</b>	<b>-30,2</b>
<b>Carga Geral</b>	<b>8.680.131</b>	<b>7.830.309</b>	<b>-9,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>63.942.284</b>	<b>64.788.806</b>	<b>1,3</b>

**Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ**

Porto	2015		2016		Δ %	
	Unidade	TEU	Unidade	TEU	Unidade	TEU
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>235.673</b>	<b>352.783</b>	<b>207.137</b>	<b>299.833</b>	<b>-12,1</b>	<b>-15,0</b>
<b>Itaguaí</b>	<b>144.962</b>	<b>230.104</b>	<b>129.898</b>	<b>205.047</b>	<b>-10,4</b>	<b>-10,9</b>
<b>CDRJ</b>	<b>380.635</b>	<b>582.887</b>	<b>337.035</b>	<b>504.880</b>	<b>-11,5</b>	<b>-13,4</b>

**5. APLICAÇÃO DE RECURSOS**

**5.1. Programa de Dispêndios Globais**

O Decreto nº 8.632/2015 aprovou o PDG (Programa de Dispêndios Globais) para o exercício de 2016 em R\$ 624,6 milhões. Na 1ª reprogramação, foi modificado para R\$ 639,5 milhões, publicado pelo Decreto nº 8.931/2016 em 14/12/2016. Na 2ª reprogramação por remanejamento, sem alteração do valor total, foi aprovado pelo Ofício nº 76.383/2016 do Ministério do Planejamento. O montante reprogramado é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro e Outros dispêndios de capital), totalizando de R\$ 481,5 milhões e R\$ 158,0 milhões, respectivamente. Os demais recursos que complementam o PDG são: Variações do Capital de Giro e Disponível Inicial do Balanço, ajustes financeiros do Sistema SIEST/DEST.

**Dispêndios**

DECRETOS	PDG	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
8.632/2015	Dotação Inicial	460.668.540	163.929.902	<b>624.598.442</b>
8.931/2016	Reprogramação	481.460.472	158.020.803	<b>639.481.275</b>

**Receitas**

DECRETOS	PDG	PRÓPRIA	TESOURO	TOTAL
8.632/2015	Dotação Inicial	520.084.629	3.035.840	<b>523.120.469</b>
8.931/2016	Reprogramação	520.084.629	25.887.042	<b>545.971.671</b>

**5.1.1 Valores Executados no Exercício de 2016**

A execução da Receita Própria (Corrente) alcançou um faturamento de R\$ 358,5 milhões, atingindo 69% do valor projetado para o exercício, com base na execução de 2015.

No exercício de 2016, a receita faturada manteve a margem de faturamento nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, em relação ao ano de 2015. Nos portos de Niterói e Angra dos Reis, variou em -6% e 24%, respectivamente, em comparação a 2015, mas com baixo impacto na receita total.

Os dispêndios foram corretamente aplicados quanto à apropriação orçamentária pelo regime de competência, guardando concordância com os registros contábeis, consoante o Manual Técnico de Orçamento do DEST/MP. As receitas próprias (faturadas) no período alcançaram o valor de R\$ 358,5 milhões. As despesas executadas com custeio e investimentos com recursos próprios somaram R\$ 424,4 milhões, apresentando um resultado orçamentário negativo de R\$ 65,9 milhões.

O déficit orçamentário no período é compensado no Disponível Inicial de 2016 (Final de 2015) de R\$ 89,8 milhões e saldo financeiro no SIAFI de Recursos do Tesouro para Saneamento Financeiro (Custeio) da CDRJ de R\$ 20,7 milhões. Logo, verificou-se a utilização das reservas financeiras para cobertura das despesas efetivamente executadas (R\$ 424,4 milhões).

Em virtude da brusca queda de receita observada a partir do segundo semestre de 2015, em especial do Porto de Itaguaí, foi aplicado no exercício um contingenciamento do PDG/2016, condicionando à Diretoria Executiva o desconcentramento orçamentário para novas contratações e/ou repactuações contratuais, analisadas caso a caso, no intuito de buscar o equilíbrio orçamentário e reserva financeira para o exercício de 2017. Segue abaixo quadro com os respectivos valores:

<b>Receitas Próprias Faturadas 2016 (Reg. Competência)</b>	<b>358.464.518</b>
<b>(-) Dispêndios Correntes Executados</b>	<b>(399.184.095)</b>
<b>(-) Investimentos c/ Rec. Próprios Executados</b>	<b>(25.264.087)</b>
<b>(=) Resultado Orçamentário no Período</b>	<b>(65.983.664)</b>
<b>(+) Disponível Inicial Balanço/2016 – Rec. Próprios</b>	<b>89.843.268</b>
<b>(=) Resultado Econômico-Financeiro c/ Rec. Próprios</b>	<b>23.859.604</b>
<b>(+) Rec. Tesouro – Saldo Financeiro em 31/12/15 – Saneamento Financeiro</b>	<b>20.662.510</b>
<b>(=) Resultado Econômico-Financeiro no período</b>	<b>44.522.114</b>

**5.1.2 Recursos Totais (Próprios e Tesouro)**

Os recursos disponíveis somaram o valor de R\$ 606,0 milhões, sendo R\$ 358,5 milhões em Receitas Correntes, R\$ 32,1 milhões de Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos apurados como Saldo Financeiro de 2015, um saldo de R\$ 20,7 milhões de repasses realizados até 2015 para aplicação em saneamento financeiro (saldo SIAFI), repasse do Tesouro para pagamento do acordo com o Instituto Portus de R\$ 104,9 milhões (SIAFI) e Disponível Inicial do Balanço de R\$ 89,8 milhões (Recursos Próprios).

**5.1.3 Receitas Correntes**

As Receitas Correntes - Operacional, Não-Operacional e Recuperação de Vencimentos - somaram R\$ 358,5 milhões, apresentando um faturamento anual de 69% do total aprovado para o exercício de R\$ 520,1 milhões.

O Porto do Rio de Janeiro encerrou o exercício com uma movimentação de 6,1 milhões de toneladas, 17,1% abaixo da média observada nos últimos três anos (2013-2015) de 7,4 milhões de toneladas, e apresentou uma redução no faturamento de 3,1% em relação a 2015.

O Porto de Itaguaí encerrou o exercício com uma movimentação de 58,5 milhões de toneladas, 2,2% abaixo da média observada nos últimos três anos (2013-2015) de 59,8 milhões de toneladas e 2,2% acima em relação a 2015. Apresentou, ainda, uma variação positiva no faturamento de 2,6% em relação a 2015. (vide tabelas da página 3)

**5.1.4 Receitas de Capital**

A Receita com recursos do Tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido aprovados na LOA/2016 foi de R\$ 25,9 milhões, correspondendo às ações do Orçamento de Investimentos, porém não houve o repasse financeiro.

**5.1.5 Dispêndios Correntes**

A execução dos Dispêndios Correntes alcançou R\$ 399,2 milhões, representando 83% da dotação aprovada para esse grupo de R\$ 481,5 milhões. Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram no grupo de Pessoal com 66% do total realizado com recursos próprios.

No Grupo Encargos Diversos foram executados R\$ 102,3 milhões, destacando-se as despesas com "Dívida/Bloqueio Judicial Trabalhista" e "Dívida/Bloqueio Judicial c/ Instituto Portus", conforme abaixo:

- (a) Dívida/Bloqueio Judicial Trabalhista – Dotação aprovada de R\$ 30,0 milhões, com uma execução de R\$ 24,3 milhões;
- (b) Dívida/Bloqueio Judicial c/ Instituto Portus – Dotação aprovada de R\$ 40,7 milhões, com uma execução de R\$ 31,4 milhões.

**Quadro - Execução por Grupo / Dispêndios Correntes**

Grupos dos PDG – Dispêndios c/ Recursos Próprios	Aprovado (a)	Execução (b)	% (b/a)
<b>Dispêndios Correntes</b>	<b>481.460.470</b>	<b>399.184.095</b>	<b>82,9</b>
Pessoal e Encargos Sociais	275.070.031	264.350.864	96,1
Material de Consumo	1.314.400	350.745	26,7
Serviços de Terceiros	48.906.893	32.154.328	65,7
Encargos Diversos	156.169.146	102.328.158	65,5
<b>Dispêndios de Capital - Investimentos</b>	<b>45.021.720</b>	<b>25.264.087</b>	<b>56,1</b>
Invest. Recursos Próprios	45.021.720	25.264.087	56,1
<b>Total (a)</b>	<b>526.482.190</b>	<b>424.448.182</b>	<b>80,6</b>

**5.2. - Orçamento de Investimentos 2016**

A Lei Orçamentária Anual nº 13.255/2016 aprovou o Orçamento de Investimentos de R\$ 108,4 milhões que, após ajustes orçamentários, passou para R\$ 103,0 milhões. Houve ainda cancelamentos de empenhos inscritos em Restos a Pagar de R\$ 5,4 milhões por parte da Secretaria de Portos.

A execução do Orçamento de Investimento totalizou R\$ 32.545.920 ou 31,5 % do total da dotação aprovada (ajustada), conforme observado no quadro a seguir.

**Orçamento de Investimento 2016**

FONTE DE FINANCIAMENTO	LOA/2016	Ajustes	Lei+Créditos	Disponível	Compromissado	Realizado
<b>2016</b>	<b>108.452.762</b>	<b>-5.431.959</b>	<b>103.020.803</b>	<b>59.976.505</b>	<b>48.654.857</b>	<b>32.545.920</b>
<b>Recursos Próprios</b>	<b>45.021.720</b>	<b>0</b>	<b>45.021.720</b>	<b>27.864.464</b>	<b>26.428.713</b>	<b>25.264.087</b>
Geração Própria	45.021.720	0	45.021.720	27.864.464	26.428.713	25.264.087
<b>Recursos Tesouro</b>	<b>132.230.633</b>	<b>-54.791.171</b>	<b>77.439.462</b>	<b>32.112.041</b>	<b>22.226.144</b>	<b>7.281.833</b>
Recursos Tesouro Direto	3.035.840	2.108.242	927.598	0	0	0
Saldo Financeiro	60.872.342	-28.760.301	32.112.041	32.112.041	17.685.903	7.281.833
Restos a Pagar	0	24.959.444	24.959.444	0	4.540.241	0
<b>Total geral</b>	<b>108.452.762</b>	<b>-5.431.959</b>	<b>103.020.803</b>	<b>59.976.505</b>	<b>48.654.857</b>	<b>32.545.920</b>

O Orçamento de Investimento da CDRJ é subdividido, sob a ótica do PPA 2016-2019, em dois programas de governo, quais sejam: Programa 2086 - Transporte Aquaviário e Programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

**5.2.1-Programa 2086-Transporte Aquaviário**

O Programa 2086 - Transporte Aquaviário conta com dezesseis ações no Orçamento de Investimento da CDRJ dispendo de R\$ 95.796.803 ou 93% do total da dotação aprovada ajustada. O cumprimento parcial das metas previstas para o programa 2086-Transporte Aquaviário evidencia-se na execução de R\$ 31.498.933 ou 30,6% do total da dotação aprovada. A baixa execução pode ser mais bem compreendida se observada sob a perspectiva das ações integrantes do programa alocadas, de acordo com a relevância dos projetos de investimento em dois grupos: Grupo PAC e Grupo Demais.

**5.2.1.2-Programa 2086-Transporte Aquaviário: Grupo PAC**

As oito ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC dispõe de R\$ 23.988.522 ou 24,53% do total da dotação aprovada ajustada no Orçamento de Investimento da CDRJ. A execução de R\$ 1.787.293 observada para as ações do Grupo PAC em 2016, representou 7,45% da dotação aprovada para o Grupo.

A ação 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) encerrou 2016 com dois projetos em andamento projetando um investimento de R\$ 216,7 milhões no porto do Rio de Janeiro através do Reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro e do Gerenciamento e fiscalização para as obras de reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro. O primeiro está em fase de procedimento licitatório através da concorrência nº 005/2011 com orçamento estimado em R\$ 203,9 milhões. O segundo teve a proposta da empresa CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A como a vencedora da licitação totalizando a importância de R\$ 12,8 milhões que passa a representar o valor global dos serviços. O contrato, porém, ainda não foi assinado, pois aguarda o término da concorrência nº 005/2011. A CDRJ aguarda a aprovação de recursos orçamentários para continuidade do procedimento licitatório, no qual encontrava-se paralisado devido a ações judiciais na Justiça Federal.

A ação 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios pretende investir cerca de R\$ 40.000.000 através da Implantação do Vessel Traffic Management Information System – VTMIS. A contratação dos serviços estava prevista para ser realizada através do RDC presencial nº 1/2014. No entanto, o RDC foi suspenso "sine die" em 17/03/2015 em função de Mandado de Tutela Liminar expedido pela 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 2015, determinando a suspensão do andamento da licitação, no estágio em que se encontrar, até ulterior deliberação daquele juízo. Com isso, a DIREXE em sua 2189ª reunião deliberou pela revogação da licitação pela insuficiência de recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual de 2016 necessários a contratação, defasados pela longa paralisação judicial.

A ação 14KL- Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária adquiriu equipamentos de tecnologia de informação para dar suporte ao projeto através dos contratos CDRJ nº 019/2016 e CDRJ nº 020/2016 e das ordens de fornecimento nº 04/2016 e 06/2016, num montante de R\$ 1.787.293.

A ação 7376-Drágagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ) encontra-se concluída. O saldo financeiro remanescente de R\$ 790.387 foi remanejado para a ação 14RC e autorizado pela Portaria nº 385/2016/MP.

A ação 14RC-Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos possui três projetos em fase interna de contratação. São eles: Construção de Área de Transbordo Temporário no Porto do Rio de Janeiro, Obras de Ligação dos Efluentes de Esgoto Sanitário na Rede Coletora da CEDAE no Porto do Rio de Janeiro e Construção do Centro de Triagem de Resíduos no Porto de Itaguaí.

As demais ações do Grupo PAC estão a cargo da Secretaria de Portos – SEP a qual informou que os cronogramas dos projetos a serem financiados por estas ações orçamentárias dividem-se em duas fases. A primeira fase está sob gestão e responsabilidade da Secretaria de Políticas Portuárias - SPP/SEP/PR que detalhará as especificações e requisitos técnicos do projeto. A segunda fase ficará a cargo da CDRJ que será responsável pelo ajuste do projeto às especificidades de cada porto para posterior licitação e contratação dos serviços. Incluem-se neste grupo as ações orçamentárias: 14KM-Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística, 7U37-Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto do Rio de Janeiro e 7U38-Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Itaguaí.

**5.2.1.3 - Programa 2086-Transporte Aquaviário: Grupo Demais**

As sete ações integrantes do Grupo Demais no programa 2086-Transporte Aquaviário somam R\$ 66.594.693 ou 44,6% do total da dotação aprovada. Os valores executados atingiram o montante de R\$ 29.711.639, representou 44,6% da dotação aprovada para o Grupo.

Segue a posição apurada ao final do exercício de 2016, discriminada para cada ação orçamentária.

A ação 144X-Adequação das Instalações de Acostagem, Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto do Rio de Janeiro (RJ) executou R\$ 24.159.568 referente ao reembolso do financiamento à Libra da Expansão do Terminal de Contêineres 1 no Porto do Rio de Janeiro. Há dois processos em andamento aguardando recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual: 1-Redução das Plataformas dos Armazéns 7 ao 13 e Pavimentação asfáltica entre os armazéns 14 e 18; 2- Melhorias na Infraestrutura Terrestre do Cais da Gamboa.

A ação 144Y-Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) está com três projetos em andamento aguardando recursos orçamentários: 1-Pavimentação do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro; 2-Redução das Plataformas dos armazéns 7 ao 13 e Pavimentação asfáltica entre os armazéns 14 e 18 (complementar a 144X).

A ação 144Z-Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ), execução do contrato C-SUPJUR nº 084/2015-Serviços de construção de estacionamento no Porto de Itaguaí (RJ), com a empresa Rodocn Construções Rodoviárias Ltda, no valor de R\$ 2.910.381. O processo de Sondagem Geológica na área do terminal 1 do Porto de Itaguaí encontra-se em fase de licitação.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	24.245	89.843
Caixa Restrito	6	47.319	71.774
Contas a Receber de Clientes	7	29.565	25.742
Estoques	8	228	232
Créditos Fiscais a Recuperar	9	3.947	3.529
Valores a Receber	10	21.937	9.674
Outros Ativos		1.429	2.041
		<b>128.670</b>	<b>202.835</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Valores a Receber	10	61.021	66.060
Depósitos Judiciais	11	30.890	22.382
Partes Relacionadas	12	293.215	293.215
Bens em Processo de Cessão	13	4.926	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	14	222.410	201.035
Outros Ativos		472	2.011
Créditos Fiscais a Recuperar	9	-	7.250
		<b>612.934</b>	<b>596.879</b>
<b>Propriedade para Investimento</b>			
Imobilizado	15	4.792	4.792
Intangível	16	1.079.407	1.088.063
		<b>10</b>	<b>10</b>
		<b>1.697.143</b>	<b>1.689.744</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.825.813</b>	<b>1.892.579</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores	17	4.621	1.960
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	18	25.782	23.919
Obrigações Tributárias	19	254.461	224.521
Obrigações Contratuais	20	633.943	513.270
Benefícios Pós Emprego	21	99.811	160.661
		<b>1.018.618</b>	<b>924.331</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Obrigações Tributárias	19	252.402	227.988
Obrigações Contratuais	20	72.708	88.225
Benefícios Pós-Emprego	21	144.762	128.386
Arrendamento Mercantil	22	579.797	664.656
Provisão Para Contingências	23	146.884	106.957
Receitas Diferidas	24	50.542	59.903
Adiant. Futuro Aumento de Capital	25	158.057	60.835
IRPJ e CSLL Diferidos	26	-	35.867
		<b>1.405.152</b>	<b>1.372.817</b>
		<b>2.423.770</b>	<b>2.297.148</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	27	2.455.537	2.455.537
Prejuízos Acumulados		(3.053.494)	(2.860.106)
		<b>(597.957)</b>	<b>(404.569)</b>
<b>Total do Passivo e PL</b>		<b>1.825.813</b>	<b>1.892.579</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
<b>Operações Continuadas</b>			
<b>Receita Operacional Líquida</b>	28	287.339	291.872
Custos da operação	29	(97.078)	(77.452)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>190.261</b>	<b>214.420</b>
<b>Resultado Operacional</b>			
Despesas gerais e administrativas	29	(245.218)	(224.048)
Depreciação		(6.148)	(2.104)
Provisões contábeis líquidas	30	(63.819)	(2.991)
Outras receitas operacionais	31	41.136	23.913
Outras despesas operacionais	32	(609)	(18.728)
		<b>(274.658)</b>	<b>(223.958)</b>
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(84.397)</b>	<b>(9.538)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Resultado financeiro líquido	33	(143.190)	(456.162)
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>		<b>(227.587)</b>	<b>(465.700)</b>
<b>Quantidade de ações</b>		1.222.461.562	1.222.461.562
<b>Lucro/Prejuízo por ação do capital social (em Reais)</b>		(0,19)	(0,38)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<b>2.445.486</b>	<b>45.750</b>	<b>(2.394.523)</b>	<b>96.713</b>
Aumento de capital	10.051	(10.051)		
Créditos da União para aumento de capital		19.000		<b>19.000</b>
Atualização dos créditos para aumento de capital		6.136		<b>6.136</b>
Ajustes de exercícios anteriores			117	<b>117</b>
Resultado do exercício			(465.700)	<b>(465.700)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.455.537</b>	<b>60.835</b>	<b>(2.860.106)</b>	<b>(343.734)</b>
Crédito da União para aumento de capital		(60.835)		<b>(60.835)</b>
Ajustes de exercícios anteriores			34.199	<b>34.199</b>
Resultado do exercício			(227.587)	<b>(227.587)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.455.537</b>		<b>(3.053.494)</b>	<b>(597.957)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
Em milhares de reais

**1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério dos Transportes, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado - RJ.

**2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Nas operações realizadas com moedas estrangeiras, estas são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem diferidos no patrimônio, caso ocorresse operações de hedge de fluxo de caixa. Atualmente, a Companhia possui transações em moeda estrangeira em contratos de arrendamento provenientes da extinta PORTOBRS, conforme nota explicativa 22.

**3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras:

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(em milhares de reais)

	2016	2015
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Fluxo da atividade principal</b>		
Resultado do Exercício	(227.587)	(465.700)
(+) Ajuste de exercício anterior	34.199	143.585
(+) Depreciação e amortização	15.849	5.424
(+) Variação monetária de longo prazo	11.322	6.136
(+) Perdas estimadas com crédito liquidação duvidosa	12.858	6.281
(-) Receita de reversão de provisões	(4.022)	(15.645)
(+) Provisão para férias e 13º salário	13.474	11.588
(+) Provisão para contingências	40.986	151
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>(102.921)</b>	<b>(308.180)</b>
Fornecedores	2.572	(10.189)
Impostos e taxas	19.155	5.344
Pessoal	14.384	4.075
Receíveis	(21.325)	(9.072)
Cobranças contenciosas	(1.011)	5.367
Impostos a recuperar	(1.388)	1.880
Adiantamentos	292	(161)
Depósitos judiciais	(48.687)	(121.115)
Estoques	3	17
Outros valores a receber	650	13.626
Despesas antecipadas	320	(399)
Obrigações previdenciárias e tributárias	29.554	23.963
Outros valores a pagar	104.098	85.542
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>	<b>(4.304)</b>	<b>(309.302)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Varição do realizável de longo prazo</b>	<b>(186)</b>	<b>(156)</b>
Recursos bloqueados RSD	(186)	(156)
<b>Varição do ativo permanente</b>	<b>8.656</b>	<b>15.632</b>
Investimento	0	60
Imobilizado	8.656	15.572
<b>Conta única do tesouro nacional - SIAFI</b>	<b>24.456</b>	<b>(1.731)</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>	<b>32.926</b>	<b>13.745</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Varição do passivo financeiro</b>	<b>(94.220)</b>	<b>195.737</b>
Varição de partes relacionadas	0	(13.314)
Financiamentos em moeda nacional	(84.859)	232.937
Financiamentos em moeda estrangeira	0	(14.525)
Arrendamento	(9.361)	(9.361)
<b>Varição do patrimônio líquido</b>	<b>0</b>	<b>19.000</b>
Aumento de capital com créditos da União	0	19.000
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>(94.220)</b>	<b>214.737</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		
	<b>(65.598)</b>	<b>(80.820)</b>
<b>Caixa e equivalente ao caixa no início do período</b>	<b>89.843</b>	<b>170.663</b>
<b>Caixa e equivalente ao caixa no fim do período</b>	<b>24.245</b>	<b>89.843</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Receitas</b>		
Venda de mercadorias, produtos e serviços	301.309	319.513
Arrendamentos operacionais e aluguéis	71.858	78.516
Reversão de provisões	225.548	226.859
Ganho (perda) em alien.de ativos imobilizados	4.022	15.645
	(119)	(1.507)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(27.815)</b>	<b>(42.115)</b>
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(17.399)	(31.978)
Despesas judiciais e provisões para riscos cíveis	(2.761)	(5.330)
Outros custos	(7.655)	(4.807)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>273.494</b>	<b>277.398</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e Amortização	(15.849)	(5.424)
<b>Valor adicionado produzido pela entidade</b>	<b>257.645</b>	<b>271.974</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	249.939	93.223
Outras	219.357	100.035
	30.582	(6.812)
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>507.584</b>	<b>365.197</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
	<b>507.584</b>	<b>365.197</b>
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	470.747	401.948
Benefícios	146.335	115.382
Benefícios pós-emprego	44.248	38.925
FGTS	23.706	35.853
INSS	14.889	10.315
Encargos	38.183	27.643
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	3.638	3.453
Honorários da diretoria	197.908	168.676
Honorários do CONFIS/CONSAD	1.458	1.216
	382	485
<b>Tributos</b>	<b>1.734</b>	<b>1.610</b>
Federais	1.018	950
Estaduais	39	35
Municipais	677	625
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Despesas financeiras	262.690	427.339
Aluguéis	232.572	406.184
Contratos	2.051	1.987
	28.067	19.168
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(227.587)</b>	<b>(465.700)</b>

### (iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulantes todos aqueles com prazo de vencimento até o último dia do exercício seguinte; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

### 3.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante e não circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício, inclusive os serviços concluídos que ficaram por faturar após o encerramento do exercício. Do total do contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas para todos os créditos vencidos e não recebidos há mais de 180 dias e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

### 3.7 Estoques

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

### 3.8 Créditos fiscais a recuperar

Correspondem aos valores acumulados de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social, bem como saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações.

### 3.9 Bens em processo de cessão

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota 13.

### 3.10 Cauções e depósitos vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

Os Depósitos judiciais, quando possuírem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em "provisões tributárias, cíveis, trabalhistas". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

### 3.11 Propriedade para investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital, ou para ambos, e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e opcionalmente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

### 3.12 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

### 3.13 Obrigações trabalhistas fiscais e contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço.

### 3.14 Benefícios pós-emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

### 3.15 Arrendamento mercantil

Os valores provenientes de contratos de leasing recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhamos na nota explicativa 22.

### 3.16 Provisões para contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

### 3.17 Receitas diferidas

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de securitização de fluxo de recebimentos futuros da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

### 3.18 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social é apropriada na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição e as relaciona às situações em que a regulamentação fiscal aplicável apresenta margem a interpretações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

## 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em caixa correspondem a valores depositados nas contas mantidas pela CDRJ no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Santander e Banco Bradesco.

## 6 – CAIXA RESTRITO

Os valores representam os depósitos em conta única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em investimentos, além de repasses referentes ao ressarcimento de empregados cedidos a outros órgãos ou entidades. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

## 7 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
Clientes nacionais	109.893	95.866
(-) Perdas Estimadas (PECLD)	(80.328)	(70.124)
<b>Totais</b>	<b>29.565</b>	<b>25.742</b>

Em contas a receber de clientes, a CDRJ vem reconhecendo em provisão para créditos de liquidação duvidosa todos os valores vencidos há mais de 180 dias. As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente.

## 8 – ESTOQUES

O estoque é composto por produtos destinados ao consumo na prestação de serviços portuários. Os produtos aos quais é permitida a manutenção de créditos de impostos são registrados pelo valor líquido. Os demais produtos são registrados pelo valor total da nota fiscal.

## 9 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ a recuperar	3.439	3.005	-	6.000
Contribuição social a recuperar	508	524	-	1.250
<b>Totais</b>	<b>3.947</b>	<b>3.529</b>	<b>-</b>	<b>7.250</b>

## 10 – VALORES A RECEBER

Créditos, em sua maioria, provenientes da desapropriação amigável com a Prefeitura do Rio de Janeiro, do termo de acordo de confissão de dívidas com a Triunfo Logística e outros acordos de menores valores.

	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a Receber da Triunfo Logística	4.300	6.191	-	4.300
Convênio CDRJ/INEA	1.200	500	-	-
Prefeitura do Rio de Janeiro	15.770	2.318	51.133	61.760
Outros Valores a Receber	667	665	9.888	-
<b>Totais</b>	<b>21.937</b>	<b>9.674</b>	<b>61.021</b>	<b>66.060</b>

**Créditos a Receber da Triunfo Logística** – Trata-se de acordo de confissão de dívidas firmado nos autos do processo judicial nº 2001.001.030635-4, da 4ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, entre a Triunfo Logística Ltda. e a Companhia Docas do Rio de Janeiro, com o objetivo de solucionar demandas judiciais existentes entre as partes. A Triunfo reconheceu uma dívida de R\$ 13.199 mil e se comprometeu a pagar esta quantia até o final da primeira etapa do contrato de arrendamento, que ocorrerá em agosto de 2017, em parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no ato da homologação e as demais 30 (trinta) dias após, com atualização mensal pelo IGPM e juros legais de 12% ao ano (53 parcelas).

**Convênio CDRJ/INEA** – Repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição, revitalização e recuperação da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do referido valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0, que tramita na 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A aceitação do aditivo ainda está em análise, por parte da Administração.

**Prefeitura do Rio de Janeiro** – Saldo a Receber da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro referente à indenização por desapropriação administrativa de 14 (catorze) imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, assinado pela Presidente da República. O Decreto autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

## 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem, basicamente, aos processos de IPTU e a outros trabalhistas e cíveis:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ação IPTU	19.506	19.506
Demais Ações	11.384	2.876
<b>Totais</b>	<b>30.890</b>	<b>22.382</b>

## 12 – PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na nota explicativa 6, a Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, entretanto, por solicitação da sua controladora, foram transferidos desta conta SIAFI R\$ 279.900 e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

## 13 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

Referem-se a terrenos na área do Porto Organizado de Itaguaí, baixados do imobilizado da Companhia para cessão à União, que serão utilizados no programa de construção da Base Naval, Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor de R\$ 4.926 mil encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia. Até 31 de dezembro de 2016 não houve conclusão do processo de cessão.

## 14 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos Bloqueados – RSD	9.160	8.974
Bloqueio Judicial Leasing Portobrás	137.197	137.197
Bloqueio Fazenda Nacional – INSS	-	2.888
Bloqueios em Conta Corrente	68.198	47.006
Recursos Judiciais	7.855	4.970
<b>Totais</b>	<b>222.410</b>	<b>201.035</b>

**Recursos Bloqueados RSD** – Refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, depositado no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a extinta PORTOBRÁS e estão registrados no ativo não circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação.

**Leasing Portobrás** – Refere-se ao bloqueio da receita bruta para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível em 16 de dezembro de 2005 e nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A. A Nota Explicativa 22 também trata do assunto.

## 15 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A CDRJ é possuidora de diversos imóveis (terrenos e edificações) situados no Município do Rio de Janeiro, sem utilização em suas atividades. Com as obras de infraestrutura do Projeto Porto Maravilha, estes imóveis vêm sofrendo forte valorização imobiliária e a Companhia estuda a possibilidade de melhor utilização destes. Alguns estão sendo objeto de desapropriação por parte do Município do Rio de Janeiro. Conforme opção da Companhia, essas propriedades estão mensuradas pelo custo histórico.

## 16 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

Em 2014, a Companhia realizou um levantamento detalhado nas obras no grupo Imobilizado em Andamento e identificou que quase a sua totalidade correspondia a obras e serviços concluídos. Com base neste levantamento, reclassificou para o grupo Imobilizado o montante de R\$ 226.271 mil. Em 2016, o setor de patrimônio procedeu à incorporação de tais valores ao grupo de controle dos bens (Edificações), os quais vem sendo depreciados mensalmente.

O imobilizado, em 31/12/2016, está assim composto:

Discriminação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2016	Líquido 2015
Bens móveis	167.460	( 150.342 )	17.118	19.800
Bens imóveis	1.099.971	( 101.592 )	998.379	1.005.270
Imobilizado a classificar	16.196	( 750 )	15.446	14.875
Imobilizado em andamento	48.464	( - )	48.464	48.118
<b>Totais</b>	<b>1.332.091</b>	<b>( 252.684 )</b>	<b>1.079.407</b>	<b>1.088.063</b>

## 17 – FORNECEDORES

A conta de fornecedores compreende os saldos a pagar dos fornecedores utilizados para as operações portuárias como segurança, manutenção, bem como na prestação de serviços diversos, compras de peças e equipamentos.

## 18 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O Grupo Obrigações Trabalhistas e Assistenciais está composto da seguinte maneira:

	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações	9.942	10.326
Consignações	442	458
Seguros	-	403
Mesada Judicial	309	297
Outros Encargos Assistenciais	3.206	1.946
Provisão de Férias e Encargos	11.883	10.489
<b>Totais</b>	<b>25.782</b>	<b>23.919</b>

## 19 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
ISS (19.1)	94.212	85.727	252.402	227.988
PASEP/COFINS	10.390	841	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.562	5.561	-	-
IPTU	1.381	1.381	-	-
Adicional de Tarifa Portuária (19.2)	6.820	6.820	-	-
INSS – Débitos do exercício de 2016	12.915	3.587	-	-
INSS – Débitos previdenciários não parcelados (19.3)	112.682	112.682	-	-
FGTS	2.688	1.338	-	-
IR de Pessoal	6.386	5.522	-	-
Outros	1.425	1.062	-	-
<b>Totais</b>	<b>254.461</b>	<b>224.521</b>	<b>252.402</b>	<b>227.988</b>

### 19.1 ISS

Trata-se de Imposto sobre Serviços prestados no Município do Rio de Janeiro, vencidos e não pagos desde janeiro de 1988. Dentre os valores registrados no curto e longo prazo, constam débitos cobrados por meio de três processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital. A Superintendência Jurídica elaborou parecer conclusivo sobre a decadência de grande parte do crédito tributário, classificado no passivo não circulante, entretanto a Administração ainda não decidiu pela baixa de tais valores no balanço. Até 31 de dezembro de 2016 não houve qualquer decisão que ensejasse os devidos ajustes contábeis.

### 19.2 Adicional de Tarifa Portuária

Trata-se de adicional instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, cuja base de cálculo eram as operações realizadas com mercadorias importadas e exportadas, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999 quando a União efetuou transferência no valor de R\$ 16.893 mil para baixa do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida. Até 31 de dezembro de 2016 não houve qualquer decisão da administração quanto aos valores registrados no passivo circulante a título de Adicional de Tarifa Portuária.

### 19.3 Débitos Previdenciários não Parcelados

A Companhia possui registrado nesta conta os encargos para o INSS referentes à competência 12/2016, bem como valores correspondentes a débitos previdenciários inscritos na Dívida Ativa da União (valores atualizados, encargos legais + honorários de sucumbência estimados) à importância de R\$ 112.566 mil em 31/12/2016. Estes valores, indevidamente, não foram consolidados pela RFB e PGFN no parcelamento da Lei 11.941/2009, mantendo o status de "débitos suspensos por indicação na Lei 11.941/2009". A Companhia entende que estes gozam do benefício do parcelamento especial acima comentado e protocolou alguns pedidos junto à PGFN, porém sem sucesso. O processo está em análise pela Superintendência Jurídica da CDRJ.

## 20 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Retenções Contratuais	528	1.551	-	-
Depósito Cauionado	6.266	4.626	-	-
Contratos de Securitização (20.1)	595.297	478.202	-	-
Reembolso da Obra de Expansão do Terminal 1 (20.2)	29.629	26.706	72.708	88.225
Outros	2.223	2.185	-	-
<b>Totais</b>	<b>633.943</b>	<b>513.270</b>	<b>72.708</b>	<b>88.225</b>

### 20.1 Contratos de Securitização

Trata-se de obrigações da CDRJ com a União, por meio de contrato de securitização, negociadas com a garantia da receita de dois arrendatários – Libra Terminalis e Sepetiba Tecon.

### 20.2 Reembolso da Obra de Expansão do Terminal 1

Trata-se da obrigação assumida com o Grupo Libra referente a obras de ampliação do cais da área arrendada. As obras estruturais da denominada "trottoir", por força do contrato de arrendamento assinado em 14/08/1989, eram de responsabilidade da CDRJ e foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 07/10/2014, deliberou pelo início do ressarcimento das despesas que caberiam à CDRJ, cujo desembolso ocorreu em 04/11/2014. O término do contrato está previsto para 16/01/23.

## 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um plano para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo "benefício definido", assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. Este fundo é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, uma entidade fechada de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ, atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

A responsabilidade da patrocinadora CDRJ, incluindo o déficit atuarial, conforme informações apresentadas pelo Portus, é de R\$ 1.094.502 mil (R\$ 1.033.580 mil em 2015). Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo Portus e aqueles reconhecidos pela CDRJ continuam em controvérsia, motivo pelo qual a questão está judicializada.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22 de agosto de 2011, decretou intervenção na entidade.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. A CDRJ reconheceu uma dívida de R\$ 174.596 mil, entretanto, por força do Acórdão TCU nº 169/2005-TCU-Plenário, excluiu o montante referente à contribuição dos assistidos, culminando no valor incontroverso de R\$ 149.732 mil. No decorrer de 2016, parte do valor incontroverso foi repassado ao Portus, totalizando R\$ 103.735 mil.

Ainda durante o exercício de 2016, foram repassadas ao PORTUS contribuições de empregados e contribuições patronais, nos montantes de R\$ 6.275 mil e R\$ 8.812 mil, respectivamente (R\$ 5.420 mil e R\$ 7.022 mil em 2015).

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Benefícios de Curto Prazo	204.338	259.820	-	-
Benefícios de Longo Prazo	-	-	306.954	255.767
Bloqueios e Depósitos Judiciais	(104.527)	(99.159)		

## 22 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:

- Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil;
- Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S/A;
- Unibanco *Leasing* S/A;
- *Manufactures Hannover*.

Em relação ao contrato firmado com a Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial nº 1998.001.185286-0, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Quanto ao contrato firmado com o Comind, em 21/09/2010 foi expedida Intimação Via Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A, adquirente dos direitos creditórios da antiga Comind.

No exercício de 2011 houve liberação do montante de R\$ 177.057 mil aos agentes financeiros, sendo R\$ 157.974 mil, posição em julho/2011, ao Banco J.P. Morgan (agente da Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil) e R\$ 19.082 mil em favor da Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S.A.).

A CDRJ entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro, para a suspensão dos bloqueios e liberação dos saldos remanescentes em face dos recursos penhorados terem excedido aos valores dos débitos apontados pelos agentes financeiros. Este pedido permanece sendo discutido em juízo e os valores deverão ser confirmados.

As empresas Unibanco *Leasing* S/A e Manufactures Hannover também possuem ações, porém sem bloqueios judiciais, que tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal. Os valores foram contratados em moeda estrangeira e permanecem registrados na contabilidade, devidamente atualizados:

	31/12/2016	31/12/2015
Unibanco <i>Leasing</i> S/A	109.652	125.673
Manufactures Hannover	470.145	538.983
<b>Totais</b>	<b>579.797</b>	<b>664.656</b>

Em 2016, devido ao impacto da valorização do real frente ao dólar americano, o reflexo desta variação cambial repercutiu positivamente no resultado da Companhia.

## 23 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e foram compostas da seguinte maneira:

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	136.592	90.637
Cíveis	10.097	3.442
Tributárias	195	12.878
<b>Totais</b>	<b>146.884</b>	<b>106.957</b>

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados e estimativas sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, na hipótese de condenação por sentença definitiva. Os critérios utilizados pela Superintendência Jurídica para apuração dos montantes das contingências e classificação das demandas estão relacionados ao andamento dos processos. Assim, nos casos de execução, o valor estimado considerado como perda provável será o valor da condenação e, nos casos em que os processos encontram-se em fase de cognição, o montante considerado será o valor da causa. As ações demandam apuração em sede de procedimento judicial específico de liquidação, o que é sempre realizado no momento processual adequado, individualmente, por perícia/assistência técnica, resguardado o interesse da Companhia.

### 23.1 - Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências trabalhistas, cíveis e tributárias nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis, contudo, há contingências que devido ao valor das ações podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 151.081 mil (R\$ 73.197 mil em 2015), sendo:

- Ações Trabalhistas R\$ 28.798 mil
- Ações Cíveis R\$ 119.118 mil
- Ações Tributárias R\$ 3.165 mil

### 23.2 - IPTU

Dentre as contingências tributárias, destacam-se as ações do IPTU, nas quais a CDRJ discute a sua incidência, pleiteando sua imunidade. Conforme decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do Recurso Extraordinário 253.472, aquela corte confirmou o entendimento de julgados já realizados pela 1ª e 2ª Turmas do próprio STF sobre a imunidade constitucional prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União.

## 24 – RECEITAS DIFERIDAS

A conta de receitas diferidas, registrada no passivo não circulante, refere-se a receitas recebidas antecipadamente de arrendamento de instalações portuárias em contratos de concessão e vem sendo apropriadas atendendo aos prazos contratuais.

## 25 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

Houve, no exercício de 2016, mudança no critério de classificação dos valores, os quais passaram a compor o grupo do Passivo Não Circulante.

A conta apresenta a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Repasso ao Portus – Instituto de Seguridade Social	157.089	59.986
Subscrição do acionista Estado do Rio de Janeiro	2	2
Correção Monetária – Decreto 2.673/98	966	847
<b>Totais</b>	<b>158.057</b>	<b>60.835</b>

## 26 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Houve, no exercício de 2016, a baixa dos valores classificados nas contas IRPJ e da CSSL diferidos pela falta de evidência de que haverá disponibilidade futura de lucro tributável, conforme preceitua o pronunciamento contábil CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## 27 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.562 ações, totalmente integralizadas assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Governo do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Outros	40	38	78
	<b>611.230.782</b>	<b>611.230.780</b>	<b>1.222.461.562</b>

O último aumento de Capital Social da Companhia foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 001/2017 - DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório Anual da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, à vista do Relatório dos Auditores Independentes – “Audimec Auditores Independentes S/S - EPP”, de 23 de fevereiro de 2017.

Após a análise das Demonstrações Contábeis e do Relatório Anual da Administração, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina no sentido de que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da “COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO” - CDRJ, exceto quanto às ressalvas e ênfases apontadas no Relatório dos Auditores Independentes, de 23 de fevereiro de 2017.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - DELIBERAÇÃO Nº 001/2017/CONSAD/CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 20, Inciso XXVI, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando a decisão do Colegiado em sua 650ª Reunião Extraordinária, realizada em 07 de março de 2017;

### DELIBERA:

I - Aprovar o Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborado em conformidade com a Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com as ressalvas e recomendações constantes no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 27 de fevereiro de 2017 e Parecer do Conselho Fiscal, datado de 07 de março de 2017;

II - Aprovar o Relatório Anual da Administração da Diretoria Executiva da CDRJ, relativo ao exercício de 2016;

III - Encaminhar os documentos ora aprovados à Assembleia Geral Ordinária da CDRJ, a realizar-se em 13 de abril de 2017, recomendando a sua aprovação pela mesma.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.

**CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS**  
Presidente do Conselho de Administração

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2016

**Aos**  
**Acionistas, Diretores e demais Administradores da**  
**CDRJ – COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Rua do Acre, 21 – Centro – Rio de Janeiro  
CNPJ.: 42.266.890/0001-28

### 1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CDRJ – COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CDRJ – COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2) Base para Opinião com Ressalva

#### 2.1. Provisão para Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido,

## 28 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional bruta corresponde às parcelas dos arrendamentos da área do porto e às tarifas relacionadas aos demais serviços portuários. A receita operacional líquida está composta da seguinte maneira:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>319.387</b>	<b>322.035</b>
(-) Cofins	(25.900)	(24.520)
(-) Pasep	(5.623)	(5.384)
(-) ISS	(525)	(259)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>287.339</b>	<b>291.872</b>

## 29 – CUSTOS DA OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) O custo das operações apresentou no presente exercício o montante de R\$ 97.078 mil (R\$ 77.452 em 2015).

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Serviços Portuários</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Manutenção	6.755	8.293
Pessoal e Encargos	74.542	59.422
Serviços de Terceiros	6.079	6.417
Depreciação	9.702	3.320
<b>Totais</b>	<b>97.078</b>	<b>77.452</b>

b) O grupo das despesas administrativas apresenta a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Discriminação</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Pessoal e Encargos	198.298	173.851
Serviços de Terceiros	13.274	22.596
Contratos Securitizados Libra/SeptetibaTecon	28.067	19.168
Despesas Tributárias	1.786	1.603
Despesas Legais e Judiciais	2.761	5.330
Outras	1.032	1.500
<b>Totais</b>	<b>245.218</b>	<b>224.048</b>

## 30 – PECLD E PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

O grupo PECLD e Provisões Contábeis Líquidas possui a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(10.843)</b>	<b>3.884</b>
Provisão para Férias	(1.395)	(1.147)
Provisão para o 13º Salário	(10.574)	(9.219)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(523)	(468)
Provisão para Contingências	(40.469)	4.033
Provisão para Perdas em Investimentos	(15)	(74)
<b>Totais</b>	<b>(63.819)</b>	<b>(2.991)</b>

## 31 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo Outras Receitas Operacionais possui a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receita de Aluguel</b>	<b>9.293</b>	<b>11.012</b>
Recuperações	29.010	8.853
Outras	2.833	4.048
<b>Totais</b>	<b>41.136</b>	<b>23.913</b>

## 32 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Perdas com Alienação de Bens</b>	<b>(119)</b>	<b>(1.507)</b>
Ajuste Patrimonial por Inventário Físico	-	(11.709)
Encontro de Contas CSN/Septetiba Tecon	-	(5.511)
Pequenos ajustes de saldo	(486)	-
Outros	(4)	(1)
<b>Totais</b>	<b>(609)</b>	<b>(18.728)</b>

## 33 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>15.133</b>	<b>16.423</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(269.623)</b>	<b>(276.776)</b>
<b>Variáveis Monetárias Ativas</b>	<b>204.224</b>	<b>83.612</b>
<b>Variáveis Monetárias Passivas</b>	<b>(92.924)</b>	<b>(279.421)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(143.190)</b>	<b>(456.162)</b>

As despesas financeiras têm como maior expressão as rubricas Despesas de Juros sobre Encargos Tributários e Trabalhistas, relativos à atualização da obrigação com o Portus – Instituto de Seguridade Social e Juros de Mora, relativos à atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra e juros e variação cambial dos contratos de *Leasing* do Unibanco e *Manufactures Hannover*.

## 34 – TESTE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

A Companhia firmou contrato, em 17 de junho de 2016, com a empresa MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda-EPP, cujo objeto era a contratação de serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado e no Intangível, para cálculos do valor do *Impairment*, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa – UGC, em conformidade com o disposto na Lei 6.404/76 e nos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 01, CPC 06 e CPC 27.

A avaliação foi realizada determinando o valor em uso, ou seja, o valor presente de fluxos de caixas futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. O trabalho consistiu na projeção do comportamento futuro dos parâmetros econômicos básicos da Unidade em estudo. Foi desenvolvido em duas etapas consecutivas: identificação de parâmetros econômicos que influenciam na operação da Unidade e a projeção do cenário futuro mais provável de sua operação. A provisão de *Impairment* não foi necessária, visto que o valor contábil líquido foi menor que o valor avaliado.

## 35 – REMUNERAÇÃO PAGA

As remunerações pagas pela empresa aos seus diretores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram:

	Valores expressos em Reais	
	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Maior remuneração paga aos diretores	39.516,56	39.237,51
Maior remuneração paga aos empregados	63.478,91	58.278,51
Menor remuneração paga aos empregados	1.574,72	1.304,63
Remuneração média dos empregados	12.897,75	11.320,68

## 35 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 23 de fevereiro de 2017.

HIDERALDO LUIS ARAGÃO MOUTA  
DIRETOR – PRESIDENTE  
CPF Nº 093.854.602-34

SHALON CHARLES S. GOMES  
DIRETOR  
CPF Nº 014.363.387-27

ALBERT DOS SANTOS DE OLIVEIRA  
DIRETOR  
CPF Nº 013.352.137-08

HELIO SZMAJSER  
DIRETOR  
CPF Nº 553.615.367-68

EDUARDO PIRES SOARES  
CONTADOR CRC – RJ 110913/O-7  
CPF Nº 080.022.657-77

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - DELIBERAÇÃO Nº 002/2017/CONSAD/CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 20, Inciso XIV, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando o deliberado na 650ª Reunião Extraordinária do Colegiado, realizada em 07 de março de 2017,

### DELIBERA:

Autorizar a Convocação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da CDRJ, a realizar-se em 13 de abril de 2017, na Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro, nos termos da Minuta do Edital de Convocação a ser elaborado, de conformidade com o Artigo 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.  
**CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS**  
Presidente do Conselho de Administração

a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CDRJ, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS, é de R\$ 1.094.502 mil (R\$ 1.033.580 mil em 2015). Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo Portus e aqueles reconhecidos pela CDRJ continuam em controvérsia, motivo pelo qual a questão está judicializada. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade. A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. A CDRJ reconheceu uma dívida de R\$ 174.596 mil, entretanto, por força do Acórdão TCU nº 169/2005-TCU-Plenário, excluiu o montante referente à contribuição dos assistidos, culminando no valor incontroverso de R\$ 149.732 mil. No decorrer de 2016, parte do valor incontroverso foi repassado ao Portus, totalizando R\$ 103.735 mil.

Ainda durante o exercício de 2016, foram repassadas ao PORTUS contribuições de empregados e contribuições patronais, nos montantes de R\$ 6.275 mil e R\$ 8.812 mil, respectivamente (R\$ 5.420 mil e R\$ 7.022 mil em 2015).

Devido à incerteza acerca do valor total a ser apropriado pela CDRJ, relativamente ao déficit do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, inscrito no CNPJ sob nº 29.994.266/0001-89, decorrente do assunto mencionado acima, as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 da Companhia, encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33(R1), que trata do reconhecimento dos Benefício a Empregados.

### 2.2. Arrendamento Mercantil

Conforme nota explicativa 22, a CDRJ assumiu contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta

Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS, firmados junto às empresas *Manufactures Hannover e Unibanco Leasing S.A.*, que totalizaram em 31/12/2016 um montante de R\$ 579.797 mil (R\$ 664.656 mil em 31/12/2015) contratos estes, que possuem ações judiciais, porém sem bloqueios judiciais, e tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal, Os valores foram contratados em moeda estrangeira e permanecem registrados na contabilidade. Em 2016, devido ao impacto da valorização do real frente ao dólar americano, o reflexo desta variação cambial repercutiu positivamente no resultado da Companhia. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos valores, de tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre a exatidão de aludidos saldos e dos reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA's, poderiam causar no Passivo, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 3) Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### 3.1 Obras em Execução

Analisando a movimentação ocorrida nas contas que integram o aludido grupo, percebemos que algumas contas apresentavam uma inércia de saldo em relação ao exercício anterior, de modo que recorrendo aos "razões contábeis" de períodos anteriores, chegamos a seguinte posição:

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO		SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
<b>01.02.03.19.01</b>	<b>OBRAS EM ANDAMENTO</b>	<b>23.266.167,14</b>	<b>22.056.021,32</b>
01.02.03.19.01.002	PAVIMENTAÇÃO	3.900,00	3.900,00
01.02.03.19.01.007	PRÉDIOS E INSTALAÇÕES AUXILIARES	3.400.315,96	3.400.315,96
01.02.03.19.01.008	ENROLAMENTOS	1.955.583,38	1.955.583,38

Isto posto, devido ao longo tempo que alguns saldos se encontram paralisados, somos de opinião que tais paralizações merecem passar por uma análise mais acurada, e com base no desfecho possam-se tomar decisões pontuais.

Em 2014, a Companhia realizou um levantamento detalhado nas obras no grupo Imobilizado em Andamento e identificou que quase a sua totalidade correspondia a obras e serviços concluídos. Com base neste levantamento, reclassificou para o grupo Imobilizado o montante de R\$ 226.271 mil. Em 2016, o setor de patrimônio procedeu à incorporação de tais valores ao grupo de controle dos bens (Edificações), os quais vem sendo depreciados mensalmente.

#### 3.2 Obrigações Fiscais Prescritas

Conforme nota explicativa 19.1, a Companhia é devedora do ISS (imposto sobre serviços) ao município do Rio de Janeiro de valores vencidos e não pagos desde janeiro 1988, a Superintendência Jurídica elaborou parecer conclusivo sobre a decadência de grande parte do crédito tributário, classificando-o no passivo não circulante, entretanto a Administração ainda não decidiu pela baixa de tais valores no balanço. Até a data de nosso exame não houve qualquer decisão que ensejasse os devidos ajustes contábeis.

### 4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CDRJ continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CDRJ ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### 5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CDRJ.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CDRJ a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

### 6) Ênfase:

#### 6.1) Continuidade do Negócio

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, dissiparam o "capital próprio" reduzindo recorrentemente a cada ano os lucros acumulados até consumir totalmente Patrimônio Líquido, passando a apresentar um "passivo a descoberto" (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das "exigibilidades totais" em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

### 7) Outros Assuntos

#### 7.1) Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

##### 7.1.1) Relatório da Administração

A administração da CDRJ é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

##### 7.1.2) Demonstração do Valor Adicionado:

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelo padrão das IFRS's, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

##### 7.1.3) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 31 de março de 2016, com opinião modificada contendo as seguintes ressalvas: i) **Teste de Impairment:** A Companhia não aplicou o teste preconizado no CPC 01, para identificar se os ativos imobilizados estão mensurados acima do seu valor recuperável e não efetuou estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, sendo a ressalva sanada no exercício sob nosso exame, conforme nota explicativa nº 34; ii) **Imobilizado em Andamento:** Em 2014 a Companhia realizou um levantamento detalhado dos projetos e identificou que em quase sua totalidade correspondiam a obras e serviços concluídos e, com base neste levantamento, reclassificou para o grupo do imobilizado o montante de R\$ 226.271 mil. Com a transferência mencionada a conta de imobilizado em andamento passou a refletir o saldo correto, porém, quanto aos valores levados ao grupo do imobilizado os mesmos não sofreram quaisquer ajustes retrospectivos por conta dos efeitos da ausência depreciação destes ativos, sendo que a respectiva depreciação deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado", não sendo possível nas circunstâncias, obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos ativos; iii) **PORTUS e PORTOBRAS:** Conteve opinião com ressalvas similares aos itens 2.1 e 2.2, respectivamente, do presente relatório.

Rio de Janeiro/RJ, 23 de fevereiro de 2017

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC/PE 000150/O "S"RJ

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ  
Sócio Sênior

**Phillipe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ

**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S"RJ